



RELEM – Revista Eletrônica Mutações
©by Ufam/Fic/Icsez

A Experiência Totalitária e a Descartabilidade da Vida Humana à Luz de Hannah Arendt

Mayara Mara Teixeira Rodrigues¹

<https://orcid.org/0009-0008-8602-3348>

Ricardo George de Araújo Silva²

<https://orcid.org/0000-0003-1954-1395>

18

Resumo

O presente texto propõe-se a refletir, na perspectiva de Hannah Arendt, acerca da experiência totalitária no que tange ao seu caráter inédito e o modo como promoveu a descartabilidade da vida humana. Para tanto, analisaremos os elementos que compõe esse ineditismo, evidenciando os aspectos que o tornam distinto, por exemplo, da tirania. Além disso, discutiremos sobre a ideologia, violência e terror, ocasião em que tentaremos demonstrar que esses mecanismos foram usados pela experiência totalitária para promoverem a descartabilidade da vida humana. Parte-se do pressuposto que, ao realizarmos a discussão em comento, poderemos observar que o totalitarismo representou uma nova forma de governo, a qual não pode ser igualada à ditadura ou tirania, que promoveu a descartabilidade da vida humana, a eliminação da pluralidade e espontaneidade dos indivíduos. Para a metodologia, realizou-se uma exegese filosófica das obras referencias, especialmente a obra *Origens do Totalitarismo* (1951), de Hannah Arendt.

Palavras-chave: Totalitarismo; Ideologia; Violência; Terror.

The Totalitarian Experience and the Disposability of Human Life in the Light of Hannah Arendt

Abstract

This text aims to reflect, from the perspective of Hannah Arendt, about the totalitarian experience regarding its unprecedented nature and the way in which it promoted the disposability of human life. To this end, we will analyze the elements that make up this novelty, highlighting the aspects that make it distinct, for example, from tyranny. Furthermore, we will discuss ideology, violence and terror, where we will try to demonstrate that these mechanisms were used by the totalitarian experience to promote the disposability of human life. It is assumed that, when carrying out the discussion in question, we will be able to observe that totalitarianism represented a new form of government, which cannot be equated with dictatorship or tyranny, which promoted the disposability of human life, the elimination of plurality and spontaneity of individuals. For the methodology, a philosophical exegesis of the reference works was carried out, especially the work *Origins of Totalitarianism* (1951), by Hannah Arendt.

Keywords: Totalitarianism; Ideology; Violence; Horror.

Tramitação:

Recebido em: 15/04/2024

¹ Advogada OAB CE nº 47.679. Mestranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Graduada em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Membro do Grupo de Pesquisa em Política, Educação e Ética - GEPEDE/UVA/CNPQ e Laboratório de Estudos da Política - LEPOL/UVA.

² Professor da graduação e do Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Sobra. CE. Professor colaborador do mestrado profissional em filosofia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Editor da Revista Reflexões de Filosofia. Líder do Grupo de Pesquisa em Política, Educação e Ética - GEPEDE-UVA-CNPQ



Manuscrito licenciado sob forma de uma licença **Creative Commons**. Atribuição Internacional: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>

Relem, Manaus (AM), v. 17, n. 28, jan../jun. 2024.

Introdução

Em sua obra intitulada *Origens do Totalitarismo* (1951), Hannah Arendt dedica-se mais atentamente a compreender a experiência totalitária e os campos de concentração. Em sua atividade do pensamento de compreender esse movimento, a autora conduz o leitor à reflexão sobre os inúmeros elementos que tornaram possível tamanho horror. Desse modo, a obra supracitada não deve ser lida como um livro de história, mas sim de filosofia. Nele, a autora não somente faz um aparato histórico do movimento totalitário, mas instiga e conduz o leitor a compreender como fora possível o surgimento do totalitarismo e dos campos de concentração. Nessa esteira, o nosso objetivo é refletir sobre a experiência totalitária à luz de Hannah Arendt, analisando o caráter inédito do totalitarismo e a utilização dos mecanismos de ideologia, violência e o terror como meio de promover a descartabilidade da vida humana, reduzindo os homens a um sujeito supérfluo, a um mero cadáver vivo.

O ineditismo do totalitarismo como forma de governo

Em sua obra *Origens do Totalitarismo* (1951), a qual conferiu à Arendt notoriedade internacional, a autora conduz o leitor em sua busca de compreender³: “o que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pôde ter acontecido” (ARENDR, 1989, p. 339-340) o totalitarismo e os campos de concentração. O assombro de Arendt ao tomar ciência da existência dos campos de concentração, em 1943, levou-a não somente a realizar uma reflexão histórica sobre os acontecimentos que possibilitaram o surgimento do totalitarismo, mas a buscar compreender como fora possível a sua ascensão. À vista disso, “[...] *Origens do Totalitarismo* não é para ser lido como livro de ciência, mas de filosofia. Nele, a Autora está pensando e não apenas reconstituindo os fatos. Trata-se de um pensamento à procura, nos trágicos eventos da primeira metade do século XX, de algum sentido capaz de iluminá-los” (AGUIAR, 2008, p. 74-75).

³ No prefácio à primeira edição da obra *Origens do Totalitarismo* (1951), diz-nos Arendt que, “compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós — sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela — qualquer que seja” (ARENDR, 1989, p. 12).

Arendt nos esclarece que o totalitarismo foi uma nova forma de governo que buscou o domínio total, que almejou o domínio do sujeito em todas as suas dimensões. Para tanto, era necessário eliminar a condição humana da pluralidade, esvaziar os espaços públicos e transformar o humano em mero cadáver. Esse objetivo não poderia ser alcançado sem que os indivíduos se transformassem em marionetes, em uma massa docilizada e conformada com a sua sorte. Não se tratava de eliminar os inimigos e opositores políticos, apenas. Estávamos diante, naquele momento, de uma forma de governo inédita e sem precedentes na história no qual “o inocente e o culpado são igualmente indesejáveis” (ARENDDT, 1989, p. 483). Desse modo,

[...] o governo totalitário é diferente das tiranias e das ditaduras; a distinção entre eles não é de modo algum uma questão acadêmica que possa ser deixada, sem riscos, aos cuidados dos ‘teóricos’, porque o domínio total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir. Assim, temos todos os motivos para usar a palavra ‘totalitarismo’ com cautela (ARENDDT, 1989, p. 343).

Na terceira parte da obra em comento, Arendt evidencia o caráter inédito do totalitarismo, ocasião no qual aconselha o leitor a utilizar o referido termo com toda cautela. Para Arendt, o totalitarismo é inigualável às demais categorias, tratava-se de uma nova forma de governo a qual negou a liberdade e a ação política. Nessa esteira,

O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter (ARENDDT, 1989, p. 527).

Ou seja, diferentemente da tirania, cuja esfera privada permanecia intacta, o totalitarismo não destruiu apenas a esfera pública, mas também a esfera privada. Ademais, não se contentava em eliminar somente a oposição política, de sorte que objetivava o domínio total, a eliminação da espontaneidade humana e não somente da liberdade. O fim último era o indivíduo supérfluo, manipulável e sem identidade. Essa nova forma de governo ascendeu e se fortaleceu com base na eliminação dos indivíduos considerados socialmente *indesejáveis*, da destruição da dignidade humana e na eliminação da espontaneidade e pluralidade.

Assim, o totalitarismo representou um dos períodos mais obscuros da história à medida em que promoveu a descartabilidade da vida humana, a eliminação da pluralidade e da espontaneidade e a transformação dos indivíduos em mera coisa, em cadáveres vivos. Em sua obra *Origens do Totalitarismo* (1951), Arendt reflete sobre como foi possível o totalitarismo, ocasião em que a autora evidencia a importância do apoio das massas para a sua ascensão e fortalecimento do movimento.

Na obra supracitada, Arendt nos esclarece que o totalitarismo promoveu a destruição da relação do homem não somente com ele próprio, mas também com o mundo. Essa foi uma peça chave para que o totalitarismo empreendesse o seu objetivo de domínio total. Isto porque, a realidade de cada um de nós e do mundo à nossa volta é garantida pelo aparecimento no espaço público, pelo convívio entre os iguais. Ou seja, uma vez eliminado esse “espaço da aparência”, os sujeitos tornam-se uniformizados e manipuláveis e a fronteira entre a ficção e a realidade torna-se obscurecida, de sorte que os sujeitos perdem o âmbito no qual atestam a sua realidade, a do mundo e também a dos fatos. Nesse sentido,

Foi a formação das massas o pano de fundo histórico e político para o surgimento dos movimentos totalitários e dos governos totalitários mediante propaganda como forma de mobilização, organização e dominação das massas. A massa padroniza os cidadãos por meio da eliminação das formas tradicionais de associação humana, tais como classes, grupos de interesses, etc. A destruição do espaço da aparência no qual, mediante ação e discurso, os homens se tornam únicos entre iguais gera padronização e uniformidade, substituindo a ação pelo comportamento manipulável. Só uma sociedade de massa pode operar com a ideia de controle e calculabilidade do comportamento humano, convertendo os homens em coisas manipuláveis, previsíveis, facilmente influenciáveis, desprovidos de identidade, impotentes, conformados, atomizados e conscientes da sua desimportância e dispensabilidade (ALVES NETO, 2021, p. 47).

Desse modo, o apoio das massas foi essencial para a ascensão e força do totalitarismo. Segundo Arendt, no início do século XIX, “o surgimento do homem da massa e o advento de uma era da massa” (ARENDR, 1989, p. 366) fora previsto por estadistas europeus e proeminentes intelectuais. Todavia, esclarece a autora que, contrariando as previsões, as massas não emergiram de um avanço do igualitarismo ou de uma expansão da educação, “a verdade é que as massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas apenas quando se pertencia a uma classe” (ARENDR, 1989, p. 366).

Esclarece Arendt que, “a principal característica do homem da massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais” (ARENDR, 1989, p. 367). Para a autora, a massa⁴ corresponde a um agregado de sujeitos isolados e desinteressados pelo bem comum ou mesmo próprio. São sujeitos dotados de conformismo, de um sentimento de desimportância e dispensabilidade, inclinados a acolherem uma ideologia que lhes dê sentido à vida, à medida em que lhes faltava não apenas uma constituição de relações sociais comuns, mas também uma autoconservação.

A dominação totalitária foi possibilitada pela experiência da solidão⁵ das massas, caracterizada pela “perda do próprio eu” (ARENDR, 1989, p. 529). Nesta experiência, o sujeito pode sentir-se só, ainda que em meio a uma multidão, de modo que será “[...] realmente apenas um, abandonado por todos os outros” (ARENDR, 1989, p. 528). Uma vez que esse espaço da aparência é destruído e que os indivíduos experimentam a solidão, eles perdem a confiança no mundo e em si próprios, de sorte que não há o outro que ateste a sua realidade através do discurso e da ação no espaço público e transmita a confiabilidade alcançada com o senso comum. Para Arendt,

O que torna a solidão tão insuportável é a perda do próprio eu, que pode realizar-se quando está a sós, mas cuja identidade só é confirmada pela companhia confiante e fidedigna dos meus iguais. Nessa situação, o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos, e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo (ARENDR, 1989, p. 529).

A experiência da solidão, a qual alimentou nos sujeitos um sentimento de desenraizamento e dispensabilidade, representou um terreno fértil para a organização e a dominação das massas pelo totalitarismo. Essa nova forma de governo usou da propaganda, da mentira e da ideologia para angariar a adesão das massas. Assim, esvaziar os espaços públicos

⁴ Segundo Aguiar, “[...] as massas são o resultado da decadência burguesa e suas instituições profundamente marcadas, no caso alemão, pela humilhação proveniente da derrota na Primeira Guerra Mundial e objetivada no Tratado de Versalhes (multas, indenizações, anexação da Lorena e Alsácia etc.)” (AGUIAR, 2008, p. 77).

⁵ A esse respeito, cabe ressaltar que Arendt aponta uma diferença entre a solidão e o estar só. Segundo Adverse, “entre a solidão e o estar só há uma diferença fundamental: a primeira, como vimos, consiste em um desamparo extremamente aflitivo, um sentimento de abandono que corresponde a uma desertificação interior. O estar só é uma experiência completamente distinta, pois não é solitária. Na verdade, estar só significa estar acompanhado de si mesmo, mesmo estando separado dos demais” (ADVERSE, 2020, p. 20).

e a experiência da solidão das massas foi uma condição essencial para que o movimento obtivesse êxito. Nas palavras de Alves Neto,

O espaço plural de compartilhamento e interação com os outros sempre abre a possibilidade de resistência a ficções ideológicas que almejam reduzir a realidade à coerência de uma ideia obtida no solitário jogo da mente com ela mesma. Por isso a solidão é uma condição importante no processo e na organização totalitária (ALVES NETO, 2021, p. 45).

Desse modo, quando os sujeitos não invadem os espaços públicos para atestar a sua realidade, do mundo ao seu redor e dos fatos, as ficções ideológicas e a mentira ganham espaço para manipular as massas. Nesta direção, evidencia Arendt que

O sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral e, em particular, dos Estados-nações europeus e do seu sistema partidário. A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação. Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país (ARENDR, 1989, p. 362).

A atração das massas pelo totalitarismo demonstrou que muitos indivíduos não possuíam interesse pela política ou em filiar-se a algum partido. Na verdade, o que pensava-se ser uma minoria revelou-se a maioria dos sujeitos, evidenciando que a democracia poderia ser constituída por uma maioria de indivíduos que são desinteressados pela política. Além disso, essas massas neutras e indiferentes politicamente demonstraram que não eram apenas um pano de fundo da vida política, de sorte que o seu apoio à experiência de totalitária foi essencial para a ascensão dessa nova forma de governo ao poder por vias legais.

Disseminado nessas massas encontrava-se a experiência da solidão, que fora essencial para que se tornassem um dos grandes alvos da propaganda e da mentira totalitária, de sorte

que esses sujeitos eram mais inclinados a seguirem uma ideologia, em razão de seu isolamento e do seu desinteresse pela política. Como afirma Duarte,

É justamente por causa dessa indiferença e inexperiência políticas que o totalitarismo arrebanha tão facilmente seus adeptos, seduzindo-os por meio do apelo à coerência e suposta superioridade da ideologia totalitária, que os preserva do exercício da persuasão ao substituí-la pelo desencadeamento da violência e pelo fanatismo destituído de convicções (DUARTE, 2000, p. 48).

Acerca da propaganda, esclarece a autora que “o verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não é a persuasão, mas a organização” (ARENDRT, 1989, p. 411). Através da propaganda e da mentira, sustentada pela ideologia e pelo terror, o totalitarismo erguera um mundo fictício para conquistar a adesão das massas. Segundo Fernandes,

Essas massas de indivíduos atomizados são atraídas pelo totalitarismo através da propaganda, que passou a ser utilizada na política e ‘que não ensaja formar uma opinião, mas provocar um comportamento, gerar uma atuação’ sendo responsável pela criação do mundo fictício dos movimentos totalitários, oferecendo uma realidade coerente por meio da pura imaginação. A propaganda tem sua força na capacidade irresistível e atraente de isolar os indivíduos atomizados do mundo real, pois o mundo real representa uma ameaça às pretensões totalitárias de domínio global (FERNANDES, 2019, p. 28).

Assim, o objetivo da propaganda totalitária era gerar um comportamento, não apenas persuadir as massas. O totalitarismo utilizou-se da propaganda para criar um mundo fictício, distanciando os indivíduos do mundo real e os engolfando em um mundo ilusório e favorável à sua ascensão. Nesse cenário, as massas emergiram como um dos grandes apoiadores⁶ do totalitarismo. Isto porque,

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa

⁶ A esse respeito, diz-nos Arendt que “a ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário, e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas. Isso se aplica também a Stálin” (ARENDRT, 1989, p. 356).

organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDR, 1989, p. 361).

O totalitarismo almejava o domínio total e, para tanto, teria de transformar os sujeitos em uma “humanidade única” (ARENDR, 1989, p. 519), substituir a ação pelo comportamento e tornar os sujeitos supérfluos, manejáveis e previsíveis. Então, a propaganda totalitária emergiu como um instrumento de organização da sociedade de massas, de sorte que o desinteresse da massa pela política e por si próprio, a ausência de senso comum e sentimento de não pertencimento ao mundo tornaram possível a sua captura e organização pelo totalitarismo, o qual as engolfou erigindo um mundo fictício construído pela ideologia.

Ideologia, violência e terror: mecanismos para descartabilidade da vida humana

Refletindo sobre a experiência totalitária, em sua obra *Origens do Totalitarismo* (1951), Hannah Arendt esclarece que o terror é o fundamento dessa nova forma de governo, e que a ideologia é o seu princípio de ação. Por meio da ideologia⁷, “[...] os regimes totalitários criam um mundo demente que funciona” (ARENDR, 1989, p. 509), fabricam a ficção utilizando-se da lógica para explicar tudo, seja no passado, presente ou futuro. Dizendo com Arendt,

Uma ideologia é bem literalmente o que o seu nome indica: é a lógica de uma ideia. O seu objeto de estudo é a história, à qual a ‘ideia’ é aplicada; o resultado dessa aplicação não é um conjunto de postulados acerca de algo que é, mas a revelação de um processo que está em constante mudança. A ideologia trata o curso dos acontecimentos como se seguisse a mesma ‘lei’ adotada na exposição lógica da sua ‘ideia’. As ideologias pretendem conhecer os mistérios de todo o processo histórico — os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro — em virtude da lógica inerente de suas respectivas ideias (ARENDR, 1989, p. 521).

Objetivando o domínio total, o totalitarismo articulou a ideologia⁸ como mecanismo de fabricação da ficção, de transformação da mentira em realidade, de controle e disciplina dos

⁷ Segundo Aguiar, “é a ideologia e sua disseminação que vão possibilitar a existência dos campos de mortes como algo normal e desejável” (AGUIAR, 2008, p. 84).

⁸ A respeito da ideologia como mecanismo de descartabilidade da vida humana, evidencia Aguiar que “é a ideologia e sua disseminação que vão possibilitar a existência dos campos de mortes como algo normal e desejável” (AGUIAR, 2008, p. 84).



sujeitos. As ideologias⁹ possuem em si uma característica de coerência à medida em que explicam tudo a partir do processo de dedução, do raciocínio lógico, levando ao desaparecimento de contradições factuais e criando argumentações sem levar em conta a experiência. Segundo Arendt,

As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica. O perigo de trocar a necessária insegurança do pensamento filosófico pela explicação total da ideologia e por sua *Weltanschauung* não é tanto o risco de ser iludido por alguma suposição geralmente vulgar e sempre destituída de crítica quanto o de trocar a liberdade inerente da capacidade humana de pensar pela camisa de força da lógica, que pode subjugar o homem quase tão violentamente quanto uma força externa (ARENDDT, 1989, p. 522).

Assim, usando da ideologia, o totalitarismo fora capaz de engolfar as massas em sua teia de uma única opinião à medida em que ofertou às massas argumentos sem contradições, resultantes do raciocínio lógico. Essa “camisa de força da lógica” (ARENDDT, 1989, p. 522) das ideologias¹⁰ totalitárias oferecia às massas o conforto em contraposição à imprevisibilidade da ação experimentada no espaço público agonizante e revelador do *quem* único de cada um de nós, o que possibilitou a sua captura e manipulação pelo movimento.

⁹ Esclarece Aguiar que “Arendt atribui três características à ideologia: 1. A pretensão de explicação total; 2. a liberdade de toda experiência e o funcionamento na forma de propaganda; 3. A coerência total produtora da coerção argumentativo-organizacional. A coerência e a coerção provêm da força da ‘objetividade’ do argumento, da tirania da lógica. Por essa razão, diz Arendt, a violência é imanente à ideologia. Todas essas características são reunidas na experiência da solidão, jamais aceita como base de qualquer regime político. Em outras palavras, o totalitarismo inaugura, pela primeira vez na história do ocidente, uma forma de governo sem política. O desenraizamento, a desnacionalização e o fato de não pertencer ao mundo comum, a superfluidade das massas, tornam os homens meros *animais laborans*, cuja vida se resume à atividade de mero ser natural, visando apenas a reproduzir-se como ser vivo. O totalitarismo quer dos homens a vida biológica, nada mais. A identidade é apenas natural. Nesse estado de solidão, o *animal laborans* mostra-se incapaz de estabelecer uma relação humana para confirmar a própria identidade. Torna-se, desse modo, vulnerável e agarra-se a identificações fictícias como última possibilidade de sobrevivência da identidade. O outro já não é condição da constituição, realização e reconhecimento da identidade” (AGUIAR, 2008, p. 85).

¹⁰ Uma vez capturados pela ideologia totalitária, o homem da massa, desarraigado, adquiria um *status* de membro do movimento, de sorte que a sua participação no movimento lhe conferia um sentido à vida, que sentia-se pertencente a algo. Diante disso, “o único vínculo desses seres humanos da massa passou a ser o seu *status* como membro do movimento totalitário. Quando todos os demais elementos de união entre as pessoas são minados, pois a lógica e a evidência com que procede o raciocínio lógico prescindem do mundo e da existência de outras, o ser humano sucumbe. Ou ele se adapta às novas exigências do movimento ou ele não mais terá qualquer contato com o mundo, mesmo que seja um mundo fictício” (MÜLLER; TURATTO, 2022, p. 189).

Em seu texto “*Ideologia e terror*”, Hannah Arendt elucida que os regimes totalitários do nazismo e bolchevismo utilizaram-se de supostas leis transcendentais para manter efetiva a dinâmica do terror. Esclarece a autora que,

Sob a crença nazista em leis raciais como expressão da lei da natureza, está a ideia de Darwin do homem como produto de uma evolução natural que não termina necessariamente na espécie atual de seres humanos, da mesma forma como, sob a crença bolchevista numa luta de classes como expressão da lei da história, está a noção de Marx da sociedade como produto de um gigantesco movimento histórico que se dirige, segundo a sua própria lei de dinâmica, para o fim dos tempos históricos, quando então se extinguirá a si mesmo (ARENDR, 1989, p. 515).

O nazismo legitimou os seus atos de segregação, perseguição e extermínio utilizando-se de uma “lei racial” como representação de uma suposta “lei da natureza”. Isto é, disseminando uma ideia de superioridade do povo ariano, o nazismo relegou os demais povos a um patamar de inferioridade e tornou-os alvo de subjugo ou eliminação. Por sua vez, os bolchevistas ampararam-se em uma ideia de “luta de classes” como expressão de uma “lei da história” para legitimar os atos executados em seu regime totalitário.

Para Arendt, “na interpretação do totalitarismo, todas as leis se tornam leis de movimento” (ARENDR, 1989, p. 515), e a utilização das ideologias revelou a natureza verdadeira do totalitarismo ao evidenciar que não havia um fim para o processo, o qual “[...] pode decidir que aqueles que hoje eliminam raças e indivíduos ou membros das classes agonizantes e dos povos decadentes serão amanhã os que devam ser imolados” (ARENDR, 1989, p. 520). Nessa esteira, a ideologia emerge como um condutor de papéis de carrascos e vítimas, enquanto

O terror, portanto, como servo obediente do movimento natural ou histórico, tem de eliminar do processo não apenas a liberdade em todo sentido específico, mas a própria fonte de liberdade que está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo. No cinturão de ferro do terror, que destrói a pluralidade dos homens e faz de todos aquele Um que invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da história ou da natureza, encontrou-se um meio não apenas de libertar as forças históricas ou naturais, mas de imprimir-lhes uma velocidade que elas, por si mesmas, jamais atingiriam. Na prática, isso significa que o terror executa sem mais delongas as sentenças de morte que a Natureza supostamente pronunciou contra aquelas raças ou aqueles indivíduos que são ‘indignos de viver’, ou que a História decretou contra as ‘classes agonizantes’, sem esperar pelos

processos mais lerdos e menos eficazes da própria história ou natureza (ARENDR, 1989, p. 518-519).

Assim, o terror age não somente de modo a extinguir a liberdade, mas o seu nascedouro, a pluralidade dos indivíduos e a capacidade que possuem de começar o novo. Segundo Arendt, “em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas” (ARENDR, 1989, p. 518). Ou seja, o cinturão de ferro do terror esvazia os espaços públicos, deixando para os sujeitos o vazio da solidão e o conforto das premissas lógicas da ideologia, disseminadas através da propaganda¹¹, que são o que restam para esses indivíduos quando não lhes resta mais o senso comum, a vida compartilhada com os seus iguais, o aparecimento no espaço público através de feitos e palavras.

Diz-nos Arendt que “o terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as ‘partes’ em benefício do ‘todo’” (ARENDR, 1989, p. 517). Isto é, o terror executa as supostas sentenças de morte que já foram decretadas pela lei da natureza ou da história, acelerando a eliminação daqueles sujeitos considerados “indignos de viver” ou pertencentes às “classes agonizantes”. Além disso, o terror também elimina a espontaneidade e aplaina a conduta dos sujeitos, de modo a torná-los os fantoches adequados à manipulação e dominação totalitária. Esse mecanismo do terror, utilizado como meio de eliminação do “anormal” e do “diferente”, segue de mãos dadas com a violência. Segundo Arendt,

Para o movimento, a violência organizada é o mais eficaz dos muros protetores que cercam o seu mundo fictício, cuja ‘realidade’ é comprovada quando um membro receia mais abandonar o movimento do que as consequências da sua cumplicidade em atos ilegais, e se sente mais seguro como membro do que como oponente. Esse sentimento de segurança, resultante da violência organizada com a qual as formações de elite protegem os membros do partido contra o mundo exterior, é tão importante para a integridade do mundo fictício da organização quanto o medo do seu terrorismo (ARENDR, 1989, p. 422-423).

¹¹ Nesse sentido, “a prosperidade das ideologias totalitárias é mais um resultado da atomização social e da perda de ‘todas as relações comunitárias em cuja estrutura o senso comum [*common sense*] faz sentido. (...) A propaganda totalitária pode insultar o senso comum apenas quando o senso comum perde a sua validade” (DUARTE, 2000, p. 54-55).

Assim, essa violência organizada possibilitou que o muro que protegia o mundo fictício criado pelo totalitarismo permanecesse erguido, e que as massas continuassem a ser envolvidas na teia de mentira, propaganda e ideologia totalitárias. Juntos, esses mecanismos foram compreendidos pelos regimes totalitários para promover a descartabilidade da vida humana, aplainar os sujeitos, eliminar a espontaneidade e produzir indivíduos previsíveis e supérfluos. Nessa esteira, evidencia Araújo Silva que,

A violência recrudesciente do totalitarismo põe em xeque a existência livre e pautada no bem viver em comunidade. Tal violência propõe uma sociedade normalizada, aplainada, sem expressões criativas ou espontâneas. Essa administração do existir não permite o plural, o diferente, o anormal. Tudo e todos são reduzidos às normas estabelecidas (ARAÚJO SILVA, 2021, p. 100-101).

Esse mecanismo da violência, consubstanciada no terror, atingiu o seu ápice nos campos de concentração e extermínio, de sorte que a vida humana foi reduzida à mera vida nua, a um sujeito supérfluo e descartável. No rastro de Arendt, os campos foram os emblemas desses regimes, de modo que não podemos falar na experiência totalitária sem falarmos dos campos de concentração e extermínio. Para a autora, os campos “[...] servem como laboratórios onde se demonstra a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível” (ARENDRT, 1989, p. 488). Desse modo, fora nos campos que o horror totalitário alcançou o seu ápice, de modo que as vítimas desses campos¹², diante de todas as barbáries sofridas, restavam coisificadas, reduzidas à condição mínimo da existência, como se fossem meros cadáveres vivos. Nessa esteira,

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são; pois o cão de Pavlov que, como sabemos, era treinado para comer quando tocava um sino, mesmo que não tivesse fome, era um animal degenerado (ARENDRT, 1989, p. 488-489).

¹² Os campos de concentração revelam o caráter inovador dos governos totalitários, de sorte que não possuíam destinação econômica ou de Estado, mas sim “a de não servirem para coisa alguma, senão para a destruição da liberdade; e a de não gerarem produto final algum, a não ser a pilha de cadáveres” (DUARTE, 2000, p. 68).



Isto é, os campos serviram não somente ao extermínio dos indesejáveis, mas também à eliminação da espontaneidade humana, a transformação do homem em “simples coisa”. Desse modo, essa violência empreendida pelo totalitarismo segue na contramão da vida plural e da diversidade, de modo que não promoveu somente a eliminação dos indivíduos considerados socialmente indesejáveis, mas também possibilitou o aplainamento da conduta dos sujeitos e a sua transformação em indivíduos manipuláveis e supérfluos.

Considerações Finais

Seguindo o rastro de Arendt, o totalitarismo representou um dos momentos mais obscuros da história, e tratou-se de uma nova forma de governo a qual não pode ser igualada à tirania ou ditadura. As massas foram essenciais para a ascensão do totalitarismo por vias legais, de sorte que eram dotadas de uma apatia política, solidão e desinteresse pelo bem comum ou mesmo próprio, o que tornavam-nas mais facilmente adeptas a acolherem uma ideologia. Desse modo, o totalitarismo encontrou na solidão das massas um terreno favorável para disseminar a sua propaganda, ideologia e terror. Através da ideologia, o totalitarismo fabricou a ficção, transformando a mentira em realidade, ao passo que atuava como um condutor dos papéis de carrascos e vítimas. Nesse cenário, o terror e a violência seguem de mãos dadas, de sorte que fazem valer a ideologia propagada pela experiência totalitária e também as sentenças de morte que já teriam sido decretadas pelas supostas leis da natureza e da história às vítimas consideradas indesejáveis. Desse modo, esses mecanismos, a saber, a ideologia, violência e o terror não somente capturaram, manipularam e controlaram os indivíduos, mas também promoveu a descartabilidade da vida humana, a eliminação da espontaneidade e pluralidade, a transformação dos homens em sujeitos supérfluos e descartáveis.

Referências

ADVERSE, Helton. Solidão, filosofia política e totalitarismo em Hannah Arendt. **Cadernos Arendt**, v. 1, n. 2, p. 13-29, 2020.

AGUIAR, Odílio Alves. A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt. **Doispontos**, v. 5, n. 2, p. 73-88, 2008.

ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. A “mentira organizada” no totalitarismo. **Cadernos Arendt**, v. 2, n. 3, p. 42-58, 2021.





RELEM – Revista Eletrônica Mutações
©by Ufam/Fic/Icsez

ARAÚJO SILVA, Ricardo George. Política e totalitarismo na obra de Hannah Arendt: elementos de uma biopolítica. **Mnemosine**, v. 17, n. 2, p. 95-107, 2021.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**: Hannah Arendt. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUARTE, André de Macedo. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FERNANDES, Antônio Batista. O totalitarismo enquanto categoria em Hannah Arendt. **Revista Seara Filosófica**, v. 1, n. 18, p. 23-36, 2019.

MÜLLER, Maria Cristina; TURATTO, Ana Carolina Turquino. Ideologia e terror nos movimentos totalitários. **Revista Reflexões**, n. 21, p. 185-202, jul./dez. 2022.

